

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA  
REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2007 - NÚMERO VINTE – PÚBLICA:-----

Aos dezanove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e sete, nesta vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro e Sala de Reuniões da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Joaquim Luís Rosa do Céu, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, Vanda Cristina Lopes Nunes, José Carlos Viegas Ferreirinha e Mário Manuel Pereira Peixinho, Vereadores.-----

A reunião foi aberta pelo Presidente da Câmara, eram quinze horas.-----

O Presidente da Câmara pôs à votação as actas das reuniões de câmara de vinte e um de Setembro último e de oito do mês em curso.-----

Relativamente à acta da reunião de câmara de vinte e um de Setembro último, foi deliberado, por unanimidade, transcrever integralmente os assuntos Antes da Ordem do Dia, designadamente no que respeita à poluição da Vala de Alpiarça e ao entulho na Bagageira.-----

A acta da reunião de câmara de oito do mês em curso, foi aprovada, com as alterações sugeridas pelo Presidente da Câmara, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção do Vereador Mário Pereira por não ter estado presente.-----

MOVIMENTO DE FUNDOS:-----

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número cento e noventa e nove, datado de dezoito do mês em curso, que acusa um saldo disponível de quatrocentos e quarenta e oito mil quinhentos e noventa e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Vereador Mário Pereira começou por colocar as seguintes questões:-----

- Sobre as colunas que faziam parte da ornamentação do pórtico do recinto da feira, pretendia saber se eram para manter ou serem retiradas, uma vez que lhe chegaram rumores de que podiam limitar a visibilidade e a circulação da via;-----

Relativamente à presença de arsénio na água de consumo humano que, segundo disse, estava muito perto do limite e que era necessário estabelecerem-se todos os procedimentos para controlar a situação, se já tinha sido detectada a origem do problema;-----

- Sobre o traçado proposto para o IC3, o troço que irá passar por Alpiarça, Almeirim e Golegã, que tinha a ver com o facto de ter sido elaborado tendo como base de trabalho

cartas desactualizadas, pretendia saber se a Câmara já tinha também detectado o problema, se já o tinha comunicado às entidades competentes e se havia intenção de se promover alguma discussão pública com a presença de técnicos, pessoas ligadas à questão ambiental, aberta à população.-----

De seguida apresentou uma proposta no sentido de, a pedido de um dos elementos do executivo, se fizesse a transcrição integral dos pontos que se considerassem mais importantes, como forma de garantir uma igualdade de ver transcrita a opinião de cada um dos elementos do executivo.-----

Continuando o Vereador Mário Peixinho, colocou, ainda, as seguintes questões.-----

- Quando e como foram retirados os documentos do último piso do edifício que está a ser recuperado e onde foram guardados;-----

- Porque não foi cumprido o seu pedido que foi aceite na última reunião de Câmara, de que não fosse removido o entulho na Bagageira sem que estivesse presente, para ver o que lá estava debaixo. Referiu-se ao que a Vereadora Vanda Nunes tinha dito de que a situação estava entregue às entidades competentes, que seriam elas que iriam tomar conta da ocorrência. Afirmou terem sido os serviços da Câmara a remover o entulho e que foi só por casualidade que foi dar com a ocorrência, sem que lhe tenha sido feita qualquer comunicação;-----

- Se o Vereador José Carlos Ferreirinha deu ou não ordem para limpar o entulho da Bagageira;-----

- Porque motivo parte do entulho foi limpo depois da hora normal de trabalho. Afirmou que o podia provar caso fosse necessário;-----

- Se o executivo sabia para onde foi transferido o entulho da Bagageira.-----

-Se a Câmara estava autorizada a entulhar o malagueiro do Patacão de Baixo;-----

-Se ao jornal “O Ribatejo”, que trazia, a semana passada, um artigo elogioso aos Patudos, foi passado cheque, uma vez que o Presidente da Câmara tinha dito que não o fez ao jornal “O Mirante” e, por isso, eles deturparam as coisas.-----

O Presidente da Câmara deu o esclarecimento solicitado, dizendo que foi ameaçado pelo director de “O Mirante”, pelo facto de aquele lhe ter transmitido que o boletim municipal era aquele periódico e dele não o ter aceite.-----

O Vereador Mário Peixinho informou que estavam esclarecidos.-----

O Presidente da Câmara, informou:-----

Que as colunas da entrada no Recinto da Feira, na Rua Manuel Paciência Gaspar, eram para manter uma vez que iam ser realizadas feiras mensais;-----

- Que, relativamente ao arsénio na água, não era uma situação que tinha a ver unicamente com o concelho de Alpiarça, que havia outras situações na zona da lezíria e que, quanto às medidas a tomar, devia existir uma instituição responsável, neste país, que informasse claramente e de forma precisa e, auto-responsabilizando-se, o que se devia fazer nesta situação, quais as garantias dadas por essa instituição e qual a fiabilidade e a responsabilidade pela possível não concretização dos resultados alcançados, dados pela mesma instituição;-----

- Sobre o traçado do IC3, que era uma obra de responsabilidade do Governo. Sobre as cartas estarem ou não desactualizadas, que era uma questão que os responsáveis saberiam informar qual o ponto da situação e qual a resposta técnica. Disse que o que se pretendia era que o IC3 fosse concretizado. Referiu-se concretamente ao desejo, que, disse, era legítimo, de um acesso ao IC3, por parte da população de Vale de Cavalos. Informou que o projecto estava em inquérito público para ser sujeito a todas as questões que possam vir a ser colocadas e aberto a todas as sugestões que o possam melhorar. Relativamente à promoção de sessões, disse que não se estava a pensar nisso, uma vez que as pessoas estavam informadas e a Câmara e os técnicos estavam sempre disponíveis para qualquer munícipe se informar sobre a matéria.-----

O Vereador Mário Pereira referindo-se a esta questão, disse que também era sua pretensão que a obra avançasse, mas não de qualquer forma e que esperava que fossem equacionados os critérios ambientais.-----

O Presidente da Câmara referiu que toda a gente queria que a obra não avançasse sem que todas essas garantias estivessem cumpridas.-----

O Vereador José Carlos Ferreirinha, relativamente à questão do arsénio, informou que a Câmara de Alpiarça era a que mais cuidado tinha de informar a população sobre a matéria; que os valores do parâmetro arsénio variavam sempre perto dos dez microgramas por litro, que era o valor mínimo neste momento recomendado, obrigatório desde dois mil e um; que todos os municípios, a sul do Tejo, na Lezíria, tinham valores paramétricos superiores a dez na sua água, todos superiores aos de Alpiarça e que não se sabia ainda qual a origem da contaminação. Informou também que o novo furo ainda não estava equipado, por motivo de as análises feitas terem dado doze de arsénio, motivo por que não se podia fornecer água à população; que era um furo que ia substituir os outros e que, neste momento, se estava num processo de consulta ao mercado, existindo apenas uma única empresa com um sistema de adsorção de arsénio, caríssimo, que garantia o fornecimento ao Frade de Baixo, Casalinho e não a Alpiarça e

que as entidades portuguesas não sabiam informar qual a melhor solução para resolução da situação.-----

Quanto ao IC3, informou que já tinha havido discussões públicas, na Chamusca, que a responsabilidade das cartas era da Estradas de Portugal, e que, quando houvesse alguma dúvida, se poderia sempre fazer consulta aos serviços onde existia o traçado do IC3 que poderia ser sobreposto aos ortofotomapas existentes.-----

O Vereador Mário Pereira questionou se não havia algum conflito com zonas urbanas ou alguma sensibilidade por parte da REN NATURA.-----

O Vereador José Carlos Ferreirinha respondeu que, do traçado escolhido, não havia problemas com espaços urbanos e que, quanto à questão do Paúl, não conseguia responder mas que pensava que, na altura, tinha havido o cuidado de não haver grande intervenção com os habitats.-----

Interveio o Presidente da Câmara. Referindo-se à proposta do Vereador Mário Pereira solicitou-lhe autorização para lhe acrescentar que, a partir de hoje, se fizesse a transcrição integral de todo o período Antes da Ordem do Dia e Fora da Ordem do Dia, bem como relativamente a outros assuntos constantes da Ordem do Dia, sempre que algum dos membros do executivo os venha a considerar importantes.-----

O Vereador Mário Pereira disse que concordava com o pedido.-----

A proposta foi aprovada, por unanimidade.-----

O Vereador Mário Peixinho referiu-se ao não cumprimento da deliberação de Câmara relativamente ao seu pedido para estar presente aquando da remoção do entulho da Bagageira.-----

O Presidente da Câmara referindo-se a esta situação, em concreto, informou que estava na Câmara quando recebeu uma chamada do Vereador Mário Peixinho a perguntar-lhe se estava recordado que tinha sido consensualizado em reunião de Câmara que ele deveria estar presente aquando da retirada do entulho. Disse que tinha transmitido tudo sobre o assunto ao referido Vereador, que se recordava perfeitamente, e aconselhado a dirigir-se ao Vereador com responsabilidade em termos do pelouro em questão, e passado o telefone ao Vereador José Carlos Ferreirinha para falarem.-----

O Vereador Mário Peixinho informou que depois ligou para o Vereador José Carlos Ferreirinha.-----

O Presidente da Câmara continuou a informar o que se passou naquele dia, que ficou a saber que o Vereador José Carlos Ferreirinha não sabia que o entulho estava a ser retirado, que o encarregado tinha dado a explicação de que tinha sido por iniciativa

própria quando assistiu ao facto de que já havia munícipes a aproveitar para também lá colocar entulho.-----

Continuando, o Presidente da Câmara, disse que a determinado momento da tarde, quando foi confrontado que estavam mais “excursões” preparadas à Bagageira, tinha pegado no telefone e dito ao encarregado para retirar todo o entulho e, no caso de existirem ainda documentos, que deveriam ser acondicionados para terem um tratamento em termos de arquivo.-----

O Presidente da Câmara passou a palavra ao Vereador José Carlos Ferreirinha para responder sobre a questão do entulho no malagueiro.-----

O referido Vereador começou por informar que os documentos tinham começado a ser retirados do último piso do edifício, em Agosto, para serem colocados em arquivo ou para reciclagem.-----

O Vereador Mário Peixinho voltou a solicitar esclarecimento sobre a retirada do entulho do edifício.-----

A Vereadora Vanda Nunes questionou ao Vereador Mário Peixinho se estava a falar de entulho ou de papéis.-----

O Vereador Mário Peixinho confirmou que se referia aos papéis.-----

O Vereador José Carlos Ferreirinha explicou a metodologia do procedimento então levado a efeito, dizendo que a funcionária que tratava do arquivo tinha ido ao local escolher os documentos, que havia um sistema de elevador que era uma corda, que os documentos vinham dentro de um cesto que o pessoal cá em baixo apanhava.-----

O Vereador Mário Peixinho advertiu para o facto de chegarem a estar doze pessoas a ensacar documentos e que, caso fosse preciso testemunhar arranjaría as pessoas necessárias.-----

Questionou se era a forma correcta de tratar documentos.-----

O Vereador José Carlos Ferreirinha esclareceu que os documentos para arquivo estavam todos no piso de baixo.-----

O Vereador Mário Peixinho questionou o motivo porque não foram retirados, atempadamente, do edifício antes de se ter ficado sem acesso aos últimos pisos.-----

O Vereador José Carlos Ferreirinha informou que a escada tinha sido retirada porque tinham dito que os documentos não eram para arquivar, mas para reciclar.-----

O Vereador Mário Peixinho voltou a intervir para dizer que podia testemunhar que havia documentos a voar, que não foram só tirados papéis, foram pratos, lembranças, uma oferta do Governador Civil de Santarém quando fez uma visita ao concelho em

dois mil e três ou dois mil e quatro, que tinha em seu poder, e outras lembranças de outras entidades. Disse estar interessado em que a história ficasse bem contada, uma vez que o Presidente da Câmara, na última reunião de Câmara, tinha falado no assunto dizendo que era uma história mal contada.-----

Quanto à retirada do entulho da Bagageira, o Vereador José Carlos Ferreirinha informou que foi enviado para o malagueiro, propriedade do Sr. José Francisco, da Gouxaria ,que deu autorização para o lá colocar, desde que não prejudicasse o ambiente.-----

O Vereador Mário Peixinho questionou se havia a certeza de que tudo o que lá tinha sido posto não prejudicava o ambiente.-----

O Vereador José Carlos Ferreirinha disse não ter a certeza. Que o que tinha sido dito era que os entulhos podiam ser colocados no malagueiro, desde que não provenientes de asfaltos e que o proprietário do terreno pretendia tapar aquele espaço.-----

O Vereador Mário Peixinho questionou se a autorização não deveria ser superior e se o local não estaria inserido em área de REN especial.-----

O Vereador José Carlos Ferreirinha respondeu dizendo que tinha sido um rombo, que havia autorização do proprietário e que a EPNA não levantou objecções.-----

O Vereador Mário Peixinho lembrou que o malagueiro já existia há dezenas de anos, tendo posto em dúvida o procedimento do proprietário, uma vez que, segundo disse, o espaço estava inserido em REN especial, dentro da zona inundável do rio. Questionou ao Vereador José Carlos Ferreirinha se tinha gostado de ver o que tinha visto. Afirmou ter visto carradas de papéis da Câmara embrulhados com os entulhos.-----

O Vereador José Carlos Ferreirinha respondeu que não.-----

O Vereador Mário Peixinho disse que tinha retirado, ontem, do malagueiro uma pasta com apontamentos da Vereadora Vanda Nunes e outras pastas do Vereador José Carlos Ferreirinha.-----

Interveio o Presidente da Câmara, dizendo que era complicado, que talvez fosse necessário levantar um processo disciplinar ao encarregado, porque ele tinha informação escrita a dizer o contrário.-----

O Vereador Mário Pereira referiu que podia haver duas informações diferentes.-----

O Vereador Mário Peixinho questionou se o encarregado sabia o que o Vereador José Carlos Ferreirinha ía dizer.-----

O Presidente da Câmara disse que não.-----

O Vereador Mário Peixinho informou que tinha achado a pasta no meio das ervas, a

trinta metros do meio do malagueiro.-----

A Vereadora Vanda Nunes questionou que pasta tinha sido achada.-----

O Vereador Mário Peixinho informou que era uma pasta A4 com reuniões da Câmara de dois mil, que era o que constava na lombada.-----

O Vereador Mário Pereira questionou se queriam responsabilizar os funcionários da Câmara pelo sucedido.-----

A Vereadora Vanda Nunes respondeu que não, que só queriam era a verdade.-----

O Vereador José Carlos Ferreirinha disse que o que era referido na informação do encarregado era que não estavam papéis no malagueiro.-----

O Vereador Mário Peixinho propôs que se interrompesse a reunião e que se fosse ao local para verificar a situação.-----

O Presidente da Câmara respondeu que não, que queria informações precisas e auto-responsabilidade.-----

O Vereador Mário Peixinho referiu que pessoas responsáveis nunca deixavam fazer um trabalho daqueles e reafirmou a sua proposta no sentido de se interromper a reunião, pelo tempo que fosse preciso, para ir ao local.-----

Continuando o Presidente da Câmara respondeu à questão relacionada com o jornal “O Mirante”. Começou por dizer que dirigiu em vinte e oito de Setembro último, uma carta ao director daquele jornal, tendo como título”Incorrecção de Notícia”, com o seguinte teor:-----

”Ex.mo Senhor, na edição de 27 de Setembro com o título “Empresa da Zona Industrial de Alpiarça multada por fazer descargas poluentes”, são atribuídas afirmações ao Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça que, por falta de rigor, se apresentam sem fundamento e que objectivamente distorcem a verdade. Ponto um: O Presidente da Câmara não disse que o problema da Vala pode estar relacionado com esgotos clandestinos aos colectores pluviais. O que disse, na resposta a uma questão colocada a membro da Assembleia Municipal, é diferente e é o seguinte: o colector existente é para pluviais. Se alguém de forma abusiva efectuar uma ligação clandestina está a cometer uma ilegalidade, mas isso não significa que o colector tenha deixado de ser destinado unicamente a esgotos pluviais e tenha passado a uma utilização mista. Ainda a este propósito disse: todos nós sabemos que, infelizmente, tais ligações clandestinas existem e a prova de tal realidade pode ser comprovada na ETAR Intermunicipal, que vê o seu prazo de vida útil diminuído devido a tal situação. Ponto dois: O Presidente da Câmara admitiu que os produtores de vinho podem contribuir para a situação e deu o exemplo

de duas adegas cooperativas do Concelho. Acontece que nada disto corresponde à realidade já que o que se verificou foi o seguinte: um membro da Assembleia Municipal questionou a razão de a Câmara não avançar para a construção de uma ETAR na Zona Industrial. Na resposta a esta questão o Presidente da Câmara afirmou: nós defendemos o princípio de poluidor/pagador. E o exemplo de que pensamos e actuamos, segundo tal princípio, é o de as duas adegas cooperativas do Concelho, a quem, mesmo com os evidentes custos políticos, impusemos que fossem elas a solucionar os problemas de poluição que criam. Sr. Director, como pode verificar o resultado da notícia foi uma criação do jornalista que assim desvirtuou, gravemente, a verdade dos factos, o que, a bem da mesma verdade e da dignidade que deve nortear a profissão de jornalista, deverá conduzir à necessária correcção com destaque idêntico ao da notícia original. Aproveito também a oportunidade para corrigir a notícia alusiva à concessão da Quinta dos Patudos, onde o jornalista volta a confundir euros com escudos. A primeira vez aconteceu a propósito da limpeza realizada na Vala. O que o Presidente da Câmara afirmou é que o prejuízo acumulado da exploração do legado de José Relvas, ronda os quatrocentos mil contos e não quatrocentos mil euros, faz uma certa diferença não é verdade? Senhor Director, para o assunto aqui versado, solicito a necessária atenção. Com os melhores cumprimentos, o Presidente da Câmara”-----

De seguida, o Presidente da Câmara informou que já tinham passado três semanas desde que a carta tinha sido dirigida ao Director do “Mirante” e que, até hoje, nada tinha sido publicado.-----

O Vereador Mário Pereira informou que viu no jornal “O Mirante”, uma referência ao facto de o inquérito ter sido inconclusivo. Questionou se tinha sido aberto algum inquérito.-----

O Presidente da Câmara disse que não comentava notícias de “O Mirante”.-----

Face à insistência do Vereador Mário Pereira em saber se tinha sido aberto algum inquérito, o Presidente da Câmara referiu que era aos serviços da Câmara que competia dar sequência às deliberações e, por conseguinte, conduzir o inquérito.-----

O Vereador Mário Pereira disse que ia perguntar aos serviços e questionou que tipo de inquérito se estava a preparar hoje.-----

O Presidente da Câmara respondeu que ia confrontar o encarregado que tinha escrito uma informação que não condizia com a do Vereador Mário Peixinho.-----

O Vereador Mário Peixinho interveio para dizer que a sua proposta de ida ao local se mantinha e solicitou ao Presidente da Câmara para a colocar à votação.-----



O Presidente da Câmara pôs a proposta do Vereador Mário Peixinho à votação.-----

O Vereador José Carlos Ferreirinha interveio dizendo que tinha ido hoje ao malagueiro e que tinha visto lá dois ou três papéis soltos, daqueles que seriam para reciclar e nenhum documento importante.-----

A Vereadora Vanda Nunes questionou ao Vereador Mário Pereira quais os papéis que tinha visto no malagueiro e se havia lá pastas de Vereadores.-----

O Vereador Mário Pereira respondeu que não viu pastas de Vereadores, mas que tinha visto pastas amarradas e ofereceu-se para ir ao local retirá-las.-----

O Vereador Mário Peixinho referiu que estava lá um saco dentro de água cheio de papel.-----

A Vereadora Vanda Nunes disse que achava que nada deveria ter sido removido sem autorização da G.N.R., uma vez que existia uma queixa.-----

O Presidente da Câmara pôs a proposta do Vereador Mário Peixinho à votação, tendo esta sido rejeitada por três votos contra e dois votos a favor.-----

O Presidente da Câmara fez a seguinte declaração de voto: “ Eu voto contra porque a proposta não faz sentido, já que a mesma surge no seguimento de uma discrepância de informações sobre o mesmo assunto, tendo como autores o Encarregado Mário Raimundo e o Vereador Mário Peixinho”.-----

O Vereador Mário Pereira também fez a seguinte declaração de voto: “Votei favoravelmente esta proposta pelo facto de, havendo discrepância na descrição dos factos, considero ser esta a forma mais clara e precisa de os confirmar, de os esclarecer”.-----

O Vereador Mário Peixinho interveio dizendo que não era uma declaração de voto que ía fazer, mas que gostava de sublinhar que o Presidente da Câmara, tendo conhecimento que parte do entulho tinha sido removido e outra parte estava por remover, mesmo sabendo que a situação estava entregue às entidades competentes, tinha tomado a iniciativa de mandar remover o resto. Disse que, por acaso, não havia papéis à vista, porque tinha havido o cuidado de limpar tudo, ficando com aspecto de entulho vulgar de quaisquer obras e que só quando as máquinas começaram a removê-lo é que os papéis começaram a vir ao de cima, e que, alguém, após o almoço, tinha tido o cuidado de retirar os que estavam à vista, tendo o local ficado com aspecto de entulho normal.-----

O Presidente da Câmara disse que não queria comentar uma declaração de voto e que por isso não respondia à intervenção do Vereador Mário Peixinho.-----

O Presidente da Câmara disse que só não queria comentar uma declaração de voto e que por isso não respondia à intervenção do Vereador Mário Peixinho.-----

ORDEM DO DIA:-----

EXPEDIENTE:-----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PPI – ALTERAÇÃO NÚMERO DOZE:-----

Presente a proposta de modificação às Grandes Opções do Plano em epígrafe.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho do Presidente da Câmara exarado no referido documento em quatro do mês em curso, que autorizou esta modificação às Grandes Opções do Plano.-----

MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – ALTERAÇÃO NÚMERO DEZANOVE:-----

Presente a proposta de modificação ao Orçamento em epígrafe.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho do Presidente da Câmara exarado no referido documento em quatro do mês em curso, que autorizou esta modificação ao Orçamento.-----

MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PPI – ALTERAÇÃO NÚMERO TREZE:-----

Presente a proposta de modificação às Grandes Opções do Plano em epígrafe.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho do Presidente da Câmara exarado no referido documento em doze do mês em curso, que autorizou esta modificação às Grandes Opções do Plano.-----

MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – ALTERAÇÃO NÚMERO VINTE:-----

Presente a proposta de modificação ao Orçamento em epígrafe.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho do Presidente da Câmara exarado no referido documento em doze do mês em curso, que autorizou esta modificação ao Orçamento.-----

CERTIDÕES:-----

Parecer da Consultora Jurídica da Câmara, Dr<sup>a</sup>. SILVANA PASCOAL, datado de dezasseis do mês em curso, sobre o pedido de MÁRIO SILVA SERRALHEIRO e

mulher JÚLIA DOS SANTOS LEANDRO, para constituição do regime de compropriedade no prédio rústico sito em Quinta da Gouxá, freguesia e concelho de Alpiarça, inscrito na matriz predial sob o artigo número 078.0027.0000, da freguesia de Alpiarça. Doc. n.º 11196. Proc.º. n.º. C-6.-----

Deliberado, por unanimidade, certificar conforme pretendido, em conformidade com o referido parecer jurídico.-----

PROCESSOS DE CONTRA ORDENAÇÃO:-----

Informação da CHEFE DE SECÇÃO DE OBRAS E LOTEAMENTOS PARTICULARES, datada de dezasseis do mês em curso, sobre o andamento dos processos de contra – ordenação dos anos de dois mil e seis e dois mil e sete.-----

Foi deliberado, por unanimidade, solicitar à referida funcionária que elabore informação relativamente aos processos de contra – ordenação que foram apreciados em reunião de câmara, nos anos de dois mil e seis e dois mil e sete.-----

A Vereadora Vanda Nunes ausentou-se da sala neste momento.-----

RENDAS EM ATRASO:-----

Requerimento de FERNANDA DA CUNHA PAULO FELICIANO, datado de quinze do mês em curso, na qualidade de arrendatária do espaço no Parque do Carril, junto do Rio Alpiarçoilo, em Alpiarça, destinado a instalação de um estabelecimento de bebidas, Quiosque – Bar, a apresentar um plano para pagamento de dívida respeitante a rendas em atraso. Doc. n.º 11574. Proc.º. n.º M-2-2.-----

Deliberado, por unanimidade, concordar com o plano de pagamento apresentado.-----

A Vereadora Vanda Nunes entrou na sala neste momento.-----

PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, BLOCO D, NÚMERO NOVE, EM ALPIARÇA:-----

Requerimento de SUSANA CATARINA BRAZ RODRIGUES PEREIRA, datado de dois do mês em curso, a solicitar que lhe seja concedida a faculdade de adquirir o imóvel sito na Rua Bernardo Santareno, Bloco D, número nove, em Alpiarça, por motivo de o seu pai, João Manuel Soares Rodrigues, não o poder fazer face a problemas pessoais que o têm afectado. Doc. n.º 22097. Proc.º. N-1.-----

Deliberado, por unanimidade, informar a requerente que, uma vez que não foi possível ao seu pai cumprir as condições previstas no Edital número onze, datado de vinte e um de Março de dois mil e seis, cujo assunto foi apreciado em reunião de câmara de dez de Abril de dois mil e seis, a pretensão, face à lei, não é viável, pelo que, caso continue a haver interesse na compra, a Câmara poderá marcar nova hasta pública.-----

CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR EM ALPIARÇA – RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PROPOSTAS:-----

Presente o Relatório de Análise das Propostas elaborado pelo júri do concurso em epígrafe em quinze do mês em curso.-----

O Vereador Mário Peixinho fez o seguinte comentário: “É curioso como é que uma Escola Superior de Educação tem uma pontuação inferior a empresas particulares, relativamente ao parâmetro experiência dos concorrentes”.-----

Os Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho referiram que não tinham conhecimento do processo pelo que, ficou acordado procederem à sua consulta para posterior análise em próxima reunião de câmara.-----

ÁGUAS DO RIBATEJO, E.M.I. - PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS AUTÁRQUICOS:-----

Proposta do PRESIDENTE DA CÂMARA, datada de quinze do mês em curso, no sentido de, ao abrigo do disposto nos números dois e três do artigo doze da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro, ser proposto à Assembleia Municipal de Alpiarça a isenção total, em sede de I.M.T., I.M.I. e DERRAMA, da “Águas do Ribatejo, E.I.M.”, por um período de cinco anos, considerando que à referida empresa estão cometidas responsabilidades ao nível da gestão de serviços públicos essenciais (água e saneamento) para os munícipes, com diminuição de custos associados ao desenvolvimento da sua actividade, que visam atingir os objectivos de interesse público que estão subjacentes à criação daquela empresa, designadamente de natureza ambiental e social, que passam, fundamentalmente, por uma eficaz ampliação da cobertura das redes públicas de água e saneamento, praticando os melhores preços possíveis do ponto de vista dos utentes.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, concordar com esta proposta.-----

Os Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho fizeram a seguinte declaração de voto:---  
“Votámos contra esta proposta por, tendo a C.D.U. proposto a diminuição do I.M.I. e a suspensão da DERRAMA, e tal proposta não tendo sido então aprovada, consideramos ser esta uma excepção não justificada”.-----

O Presidente da Câmara fez a seguinte declaração de voto: “Águas do Ribatejo, E.I.M.,

uma empresa que tem por objecto a gestão e exploração de sistemas municipais de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento.-----

A esta empresa estão cometidas responsabilidades, no âmbito estrito de um serviço público essencial à qualidade de vida dos cidadãos (água e saneamento), a que os municípios constituintes se obrigaram, na defesa intransigente da qualidade do serviço público com a menor tarifa possível.-----

Pelo exposto, e porque se trata de um benefício directamente dirigido a toda a comunidade, voto favoravelmente a isenção proposta”.-----

FORA DA ORDEM DO DIA:-----

No uso da palavra o Presidente da Câmara informou que era necessário dar andamento a outros assuntos não constantes da Ordem do Dia, mas considerados de certa urgência, pelo que propôs a sua apreciação nesta reunião.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, concordar com esta proposta e apreciar os assuntos a seguir mencionados.-----

Os Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho informaram que votavam contra a proposta do Presidente da Câmara por não concordarem com a entrada de assuntos fora da Ordem do Dia, embora participem na sua votação.-----

FORAM APRECIADOS OS SEGUINTESS ASSUNTOS:-----

REDISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES:-----

O Presidente da Câmara informou que a função de Trânsito passou a ser exercida pelo Vereador José Carlos Ferreirinha, a partir de vinte sete de Abril de dois mil e sete, data em que o Vereador Mário Peixinho apresentou o seu pedido de renúncia à função que lhe foi atribuída no início do mandato.-----

Tomou-se conhecimento.-----

VÁRIOS:-----

Petição de LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL DE SANTARÉM, datada de oito do mês em curso, a solicitar que a Câmara Municipal de Alpiarça entre como sócia daquele organismo, com uma quota mensal de dez euros. Procº. nº. A-8-1/4.-----

Deliberado, por unanimidade, deferir a pretensão.-----

INFORMAÇÕES:-----

Não houve intervenções.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Não houve intervenções.-----

Não havendo mais nada a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Manuela Maria Ferreira Neves, Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira, em regime de substituição, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----

---

---